

HUMAN RIGHTS WATCH

350 Fifth Avenue, 34th Floor
New York, NY 10118-3299
Tel: 212-290-4700
Fax: 212-736-1300
Fax: 917-591-3452

Kenneth Roth, *Executive Director*
Michele Alexander, *Deputy Executive Director, Development and Global Initiatives*
Carroll Bogert, *Deputy Executive Director, External Relations*
Jan Egeland, *Deputy Executive Director, Europe*
Iain Levine, *Deputy Executive Director, Program*
Chuck Lustig, *Deputy Executive Director, Operations*

Walid Ayoub, *Information Technology Director*
Emma Daly, *Communications Director*
Barbara Guglielmo, *Finance and Administration Director*
Peggy Hicks, *Global Advocacy Director*
Babatunde Olujobi, *Deputy Program Director*
Dinah PoKempner, *General Counsel*
Tom Porteous, *Deputy Program Director*
James Ross, *Legal and Policy Director*
Joe Saunders, *Deputy Program Director*
Frances Sinha, *Human Resources Director*

PROGRAM DIRECTORS

Brad Adams, *Asia*
Joseph Amon, *Health and Human Rights*
Daniel Bekele, *Africa*
John Biaggi, *International Film Festival*
Peter Bouckaert, *Emergencies*
Richard Dicker, *International Justice*
Bill Frelick, *Refugee Policy*
Arvind Ganesan, *Business and Human Rights*
Liesl Gertholtz, *Women's Rights*
Steve Goose, *Arms*
Alison Parker, *United States*
Graeme Reid, *Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Rights*
José Miguel Vivanco, *Americas*
Lois Whitman, *Children's Rights*
Sarah Leah Whitson, *Middle East and North Africa*
Hugh Williamson, *Europe and Central Asia*

ADVOCACY DIRECTORS

Philippe Bolopion, *United Nations*
Kanae Doi, *Japan*
Jean-Marie Fardeau, *France*
Meenakshi Ganguly, *South Asia*
Lotte Leicht, *European Union*
Tom Malinowski, *Washington DC*
David Mepham, *United Kingdom*
Wenzel Michalski, *Germany*
Juliette de Rivero, *Geneva*

BOARD OF DIRECTORS

James F. Hoge, Jr., *Chair*
Susan Manilow, *Vice-Chair*
Joel Motley, *Vice-Chair*
Sid Sheinberg, *Vice-Chair*
John J. Studzinski, *Vice-Chair*
Hassan Elmasry, *Treasurer*
Bruce Rabb, *Secretary*
Karen Ackman
Jorge Castañeda
Tony Elliott
Michael G. Fisch
Michael E. Gellert
Hina Jilani
Betsy Karel
Wendy Keys
Robert Kissane
Oki Matsumoto
Barry Meyer
Pat Mitchell
Aoife O'Brien
Joan R. Platt
Amy Rao
Neil Rimer
Victoria Riskin
Amy L. Robbins
Shelley Rubin
Kevin P. Ryan
Jean-Louis Servan-Schreiber
Javier Solana
Siri Stolt-Nielsen
Darian W. Swig
John R. Taylor
Marie Warburg
Catherine Zennström

Robert L. Bernstein, *Founding Chair, (1979-1997)*

Jonathan F. Fanton, *Chair (1998-2003)*

Jane Olson, *Chair (2004-2010)*

17 de janeiro de 2012

Vossa Excelência Dr. Carlos Alberto Lopes
Ministro das Finanças
Edifício do Ministério das Finanças
Largo da Mutamba
Luanda, República de Angola

Vossa Excelência,

Escrevo-lhe em nome da Human Rights Watch para exortá-lo a prestar contas publicamente pela discrepância de 32 mil milhões de dólares por explicar nos fundos públicos angolanos que foi divulgada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Exortamo-lo igualmente a divulgar de forma integral os esforços que o governo está a envidar para localizar os fundos em falta, que parecem estar relacionados com a empresa petrolífera estatal, a Sonangol.

Estamos cientes de que o governo angolano está a trabalhar pela melhoria das práticas contabilísticas, incluindo as da Sonangol. Além disso, reconhecemos que as más práticas do passado resultaram numa divulgação inconsistente das finanças governamentais que poderá ser difícil de desembaraçar. Não obstante, uma lacuna desta magnitude nas contas do governo – equivalente a um quarto do produto interno bruto (PIB) de Angola – é impressionante e requer uma explicação imediata.

Esta discrepância considerável veio a lume em dezembro, quando o FMI publicou um relatório que descrevia o progresso do governo angolano ao abrigo do seu Acordo Stand-By de 2009. Apesar de a avaliação do FMI ser largamente positiva, o relatório também identificou várias questões que suscitam preocupação. Numa secção intitulada “Esclarecimentos sobre o Saldo Residual Inexplicado no Orçamento”, o relatório do FMI revela que alterações aos saldos das contas bancárias do governo angolano (as suas “contas fiscais”) não estão de acordo com os valores que registou como transferências financeiras domésticas e estrangeiras (os seus “fluxos de financiamento”). Parece que, durante vários anos seguidos, fundos transferidos das contas do governo – quer ao abrigo de gastos ou transferências, ou por qualquer outra razão – excederam os valores oficialmente divulgados na altura. Nas palavras do FMI, “[e]ste saldo residual por explicar revela grandes saídas cumulativas entre 2007 e 2010.” A discrepância nas contas governamentais totaliza aproximadamente 32 mil milhões de dólares, de acordo com o FMI.

O relatório do FMI declara ainda que as autoridades angolanas localizaram uma porção dos fundos governamentais em falta. Cita provas de que 7,1 mil milhões de dólares foram transferidos para contas bancárias especiais no

HUMAN
RIGHTS
WATCH

www.hrw.org

estrangeiro, criadas para ajudar a garantir empréstimos externos (“contas de garantia”). No entanto, este valor é superior ao valor total dos pagamentos devidos pelo governo angolano, sugerindo que a transferência dos fundos (“saídas”) para essas contas no estrangeiro pode ter sido realizada para outra finalidade.

O relatório do FMI observa que, no final de 2011, o governo de Angola estava a investigar a razão dos 7,1 mil milhões de dólares em transferências de contas de garantia e que estava igualmente a trabalhar para localizar os restantes 24,9 mil milhões de dólares. De acordo com o descrito pelo FMI, as autoridades angolanas estão a explorar várias explicações possíveis – todas elas relacionadas com a Sonangol. Uma possibilidade identificada no relatório é a Sonangol não ter revelado a totalidade dos fundos que recebe, incluindo os fundos relacionados com atividades económicas que, atualmente, não se encontram expressas no orçamento (“operações para fiscais”, por vezes também conhecidas como operações extraorçamentais). Tal como o relatório do FMI refere, o governo de Angola comprometeu-se a preparar um relatório que cruzará informação orçamental com dados sobre os fundos recebidos da Sonangol até à próxima revisão do FMI, bem como a adotar outras medidas que melhorem a sua gestão dos fundos públicos.

Numa declaração de 20 de dezembro, a Human Rights Watch chamou a atenção para a discrepância de 32 mil milhões de dólares nas contas do governo e instou o governo de Angola a clarificar a situação sem demora. Tanto quanto sabemos, tal ainda não foi feito pelo governo. Fomos igualmente informados pela comunicação social de que Vossa Excelência se recusou a comentar o assunto por motivos que não são claros.

A questão da gestão angolana das finanças públicas tem consequências substanciais para a população de Angola e tem uma relevância considerável para muitos outros. À luz dos antecedentes históricos de problemas com as finanças angolanas que o ministério de Vossa Excelência está a trabalhar para ultrapassar, bem como do contínuo mau posicionamento de Angola no Índice de Perceção da Corrupção da Transparência Internacional (na 168^ª posição entre 182 países em 2011), encorajamo-lo fortemente a emitir uma clarificação pública em relação a esta questão sem mais delongas. Se a investigação estiver em curso, urgimos Vossa Excelência a emitir atualizações regulares à medida que esta for progredindo. A população angolana tem o direito de saber.

Agradecemos a atenção dispensada por Vossa Excelência e estendemos-lhe a nossa mais alta consideração.

Atenciosamente,



Arvind Ganesan
Diretor
Programa de Negócios e Direitos Humanos
Human Rights Watch